

## A EDUCAÇÃO NA PANDEMIA - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO E TRABALHO DOCENTE NO CEARÁ<sup>1</sup>

Maria Elly Krishna dos Santos Pereira<sup>2</sup>

Maria Núbia de Araújo<sup>3</sup>

Solonildo Almeida da Silva<sup>4</sup>

### Resumo

O objetivo deste texto é analisar o ensino remoto no contexto da pandemia de COVID-19 e o trabalho docente nesse período no Ceará, discutindo características e contradições das práticas educativas em meio ao isolamento social. Os dados sobre a atuação profissional, as condições de trabalho e os aspectos psicológicos foram coletados no *Google Forms*. A pesquisa tem natureza exploratória da problemática da relação entre ensino remoto durante a pandemia de covid-19 e o trabalho docente no Ceará, com abordagem quanti-qualitativa. O texto foi organizado em três partes, a saber: 1) apresentamos o contexto da referida pandemia; 2) realizamos apontamentos sobre o ensino remoto; 3) procedemos a discussão sobre o trabalho docente, limites e contradições, examinando os dados qualitativos e quantitativos das reflexões dos professores da educação básica diante do ensino remoto. Constatamos que com o ensino remoto ocorreu extensão e aumento na jornada de trabalho dos professores. Os dados apontam, por fim, que os aspectos profissionais, infraestruturais e psicológicos necessitam de um estudo mais detalhado e adequado para a compreensão dessas questões.

**Palavras-chave:** Educação; Pandemia; Trabalho docente; Professores; Ensino remoto.

### EDUCATION IN THE PANDEMIC - BRIEF CONSIDERATIONS ON REMOTE EDUCATION AND TEACHING WORK IN CEARÁ

### Abstract

The aim of this text is to analyze remote teaching in the context of the COVID-19 pandemic and the teaching work during this period in Ceará, discussing characteristics and contradictions of educational practices in the context of social isolation. Data on professional performance, working conditions and psychological aspects were collected in Google Forms. The research has an exploratory nature of the problem of the relationship between remote teaching during the covid-19 pandemic and the teaching work in Ceará, with a quantitative-qualitative approach. The text was organized into three parts, i.e.: 1) we present the context of this pandemic; 2) we make notes about remote education; 3) we discuss the teaching work, limits and contradictions, examining the qualitative and quantitative data of the reflections of teachers of basic education in the face of remote education. We found that with remote education there was an extension and increase in the working hours of teachers. We found that with remote education there was an extension and increase in the working hours of teachers. Finally, the data indicate

<sup>1</sup> Artigo recebido em 13/02/2023. Aprovado em 28/04/2023. Publicado em 06/07/2023.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: elly.krishna@aluno.uece.br

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). E-mail: nubia.araujo@aluno.uece.br

<sup>4</sup> Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do IMO da Universidade Estadual do Ceará, Professor do Instituto Federal do Ceará. E-mail: solonildo@ifce.edu.br

that the professional, infrastructure and psychological aspects need a more detailed and appropriate study to understand these issues.

**Keywords:** Education; Pandemic; Teaching work; Teachers; Remote teaching.

## **LA EDUCACIÓN EN LA PANDEMIA - BREVES CONSIDERACIONES SOBRE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA Y EL TRABAJO DOCENTE EN CEARÁ**

### **Resumen**

El objetivo de este texto es analizar la enseñanza a distancia en el contexto de la pandemia de COVID-19 y el trabajo docente durante este período en Ceará, discutiendo las características y contradicciones de las prácticas educativas en el contexto del aislamiento social. Los datos sobre el rendimiento profesional, las condiciones de trabajo y los aspectos psicológicos se recopilaron en Google Forms. La investigación tiene una naturaleza exploratoria del problema de la relación entre la enseñanza remota durante la pandemia de covid-19 y el trabajo docente en Ceará, con un enfoque cuantitativo-cualitativo. El texto se organizó en tres partes, a saber: 1) presentamos el contexto de esta pandemia; 2) tomamos notas sobre la educación remota; 3) Discutimos el trabajo docente, límites y contradicciones, examinando los datos cualitativos y cuantitativos de las reflexiones de los maestros de educación básica frente a la educación remota. Encontramos que con la educación remota hubo una extensión y un aumento en las horas de trabajo de los maestros. Encontramos que con la educación remota hubo una extensión y un aumento en las horas de trabajo de los maestros. Finalmente, los datos indican que los aspectos profesionales, de infraestructura y psicológicos necesitan un estudio más detallado y apropiado para comprender estos problemas.

**Palabras-clave:** Educación; Pandemia; Trabajo docente; Profesores; La enseñanza a distancia.

### **Introdução**

O objetivo deste artigo é analisar a modalidade de ensino remoto no contexto da pandemia de COVID-19 e o trabalho docente no Ceará, além de discutir características e contradições das práticas educativas em meio ao isolamento social. Esta pesquisa surgiu da necessidade de reunir informações científicas e dados complementares aos oficiais para a realização de uma atividade da disciplina Marxismo e Formação do Educador do curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE), em 2021.

O artigo encontra-se organizado nos três momentos seguintes: a) apresentamos brevemente dados, informações e notícias sobre o coronavírus SARS-CoV-2, através das legislações e dos comunicados oficiais no contexto da pandemia; b) realizamos reflexões para o debate sobre a modalidade do ensino remoto apontando alguns aspectos e contradições; c) procedemos a discussão das determinações para a educação e o trabalho docente no âmbito da pandemia de COVID-19, destacando o posicionamento dos professores diante desses desafios.

No presente escrito apresentamos dados sobre a atuação profissional, as condições de trabalho e os aspectos psicológicos dos professores da rede básica cearense coletados entre os dias 6 e 13 de novembro de 2020, através de questionário on-line disponibilizado na plataforma Google Forms. As perguntas foram respondidas exclusivamente por professores das três etapas da Educação Básica. Com um total de 74 participantes com uma representação de 16 dos 184

municípios do estado do Ceará e de sete das oito Macrorregiões Cearenses. Desta amostra, 52,7% lecionam no Ensino Médio, 33,8% no Ensino Fundamental e 13,5% na Educação Infantil.

Além dos dados quantitativos e qualitativos para entender a realidade, é necessário, sobretudo, o método de análise em anuência com Saviani (1981) para que nossa investigação proporcione uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre o processo que a educação brasileira atravessa há anos. A atividade educativa é uma mediação entre consciências imprescindível para o complexo da educação. A experiência da vivência intersubjetiva é uma condição inelutável para a apropriação de qualquer saber sobre a condição humana, sobre os fenômenos físicos naturais e sociais. A necessidade de se vincular o que se vive com o que se estuda se faz necessário, pois somos professores da escola pública e enfrentamos desafios desse contexto (GAMBOA, 2018).

O debate sobre as contradições nas práticas de ensino e educação no contexto da pandemia do coronavírus SARS-CoV-19, assim como o acesso ao uso da tecnologia nos níveis educacionais – educação básica e ensino superior – devem ser compreendidos na relação com o aumento da exploração da força de trabalho por meio dos diferentes mecanismos de extração de mais-valia<sup>1</sup>, seja ela relativa ou absoluta.

Os aspectos investigados tratam das seguintes questões: suporte técnico e de infraestrutura – condições de trabalho; formação inicial e continuada sobre o ensino remoto; acompanhamento, rendimento e retorno das atividades pedagógicas por parte dos alunos e agravamento das questões psicológicas dos professores.

## **1. Contexto da pandemia do coronavírus no Brasil e no mundo**

As notícias sobre o novo coronavírus começaram a ganhar destaque na mídia internacional ainda no fim de 2019, momento em que os principais jornais em cada país divulgavam informações sobre a capital da província de Wuhan, cidade situada a 1.153,4 km da capital chinesa Pequim e local onde foram registrados os primeiros casos da doença. Conforme dados dispostos no portal de notícias UOL, em 30 de janeiro de 2020, dezenove países já contabilizavam casos do novo coronavírus, somando um total de 7.700 infectados, com a China contabilizando 170 óbitos.

A COVID-19 (*Coronavirus Disease* – COVID e “19” em alusão ao ano de 2019 em que foram registrados os primeiros casos da doença), como passou a ser chamada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, a nova forma do coronavírus, celeremente adquiriu o status de Pandemia, devido a sua rápida disseminação em escala mundial (FIOCRUZ, 2020a). “Estamos falando de um vírus descoberto em 31 de dezembro de 19, na China, que desencadeou a pandemia de COVID-19, é extremamente agressivo, causa infecções respiratórias e, em muitos casos, leva a morte” (ORSO, 2020, p. 3).

No Brasil, o primeiro caso foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020 e rapidamente foram contabilizados 132 casos suspeitos somente naquele período. No dia 6 de março do ano de 2020, com 13 casos confirmados e 768 casos suspeitos, o Ministério da Saúde anunciou a ampliação de medidas para reforçar a assistência hospitalar no enfrentamento ao novo coronavírus no país, entre elas: reforços na Atenção Primária para evitar que as pessoas procurassem os hospitais em um cenário de grande circulação do coronavírus e convocação de médicos para o programa Mais Médicos como reforço no atendimento na ampliação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva – UIT (SANARMED, 2020).

Em 15 de março de 2020, os três primeiros casos do novo coronavírus foram confirmados no Ceará, de acordo com dados do Jornal O POVO. A publicação no Diário Oficial do Estado do Decreto nº 33.510 definiu a situação de emergência na saúde pública devido à propagação no novo coronavírus. Neste decreto, seguindo as recomendações da OMS, do Ministério da Saúde brasileiro e de técnicos e especialistas sanitários do Ceará, foi anunciada a suspensão das aulas presenciais em escolas e universidades públicas e privadas de todo o estado a partir do dia 19 de março. No mesmo mês, no dia 15, confirmou-se através do Ministério da Saúde o primeiro óbito por complicações do novo coronavírus (SANARMED, 2020).

Em novembro de 2020, nove meses após o anúncio do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, o país registrou cerca de 5,7 milhões de casos e 162 mil mortes, enquanto o total mundial era de cerca de 51 milhões de casos e 1,2 milhões de óbitos (NEWS GOOGLE, 2020). Um evento de igual magnitude só é comparável com a pandemia de gripe espanhola que ocorreu entre os anos de 1918 a 1920 e levou ao número estimado de 17 milhões a 50 milhões de óbitos em todo mundo (FIOCRUZ, 2020b).

Ainda nos primeiros meses da nova pandemia em nosso país, as unidades da federação decretaram estado de emergência e/ou calamidade, e aplicaram medidas de isolamento e de

distanciamento social, restringindo a circulação de pessoas apenas para atividades relacionadas à compra de alimentos, medicamentos, consultas médicas e trabalho nos serviços essenciais. Outra medida adotada foi o fechamento das escolas e universidades em consonância com a tendência global.

Enquanto isso, o governo federal brasileiro manteve uma postura negacionista e obscurantista em relação à amplitude e gravidade da pandemia e realizou ataques expressivos contra a classe trabalhadora. A publicação da Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020 foi um exemplo disso, a qual instituiu “o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública”, que permitia a suspensão dos contratos de trabalho por até quatro meses. Tal medida foi revogada após duras críticas da opinião pública e dos movimentos sociais. Entretanto, na noite de 24 de março de 2020, em pronunciamento oficial, o presidente critica o movimento que solicita que as pessoas fiquem em casa e compara a contaminação por COVID-19 a uma “gripezinha” (SANARMED, 2020).

Os impactos da pandemia para a população mundial extrapolam a esfera da saúde pública e se estendem para aspectos econômicos, profissionais e socioemocionais. Evidentemente que a problemática da pandemia resulta em danos expressivamente mais profundos para a classe trabalhadora e camadas mais vulneráveis da população já em situação de exclusão e pauperização. Para Orso (2020), os impactos sobre a vida social se multiplicam, sendo praticamente impossíveis de se dimensionar e calcular.

No Brasil, a pandemia se soma ao processo de desmonte dos direitos trabalhistas com as (contra) reformas trabalhistas. A primeira, aprovada em julho de 2017, e a que lhe sucedeu, a previdenciária, aprovada em novembro de 2019 com a PEC n.º 241 de 2016 que congelou os gastos públicos na saúde, previdência, assistência social, cultura e comunicação e na educação por 20 anos. Desse modo, houve aprofundamento da precariedade ao funcionalismo público com o projeto de Reforma Administrativa n.º 32 de setembro de 2020, entre inúmeros outros ataques aos trabalhadores que ainda estão em curso.

Em matéria do site da CNN Brasil, o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CSN) Fernando Pigatto nos aponta os impactos da PEC n.º 241 aprovada no dia 10 de outubro de 2016 para a área da saúde pública. Pigatto expõe sem meias palavras:

“Disseram que nós estávamos fazendo terrorismo [ao considerar como ‘emenda da morte’, e hoje nós temos estudos, inclusive da Organização Panamericana da Saúde, que mostram que voltou a aumentar o índice de

mortalidade infantil em nosso país, por exemplo. Com a chegada da pandemia, a gente vê os efeitos nefastos”, considera. Fernando Pigatto avalia que a falta de leitos de UTI para atender pacientes com a Covid-19 são uma consequência direta da emenda. (CNN-BRASIL, 2020, Acréscimos do autor).

Saviani (1998) nos apresenta uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento das políticas sociais e seu caráter contraditório em nossa sociedade. A política social foi implantada como modo de compensar os efeitos da apropriação privada dos meios de produção produzidos coletivamente pelo conjunto da classe trabalhadora. Ela decorre da sociedade capitalista, a qual produz sua oferta contraditoriamente no âmbito do Estado de classes sociais antagônicas a fim de forjar uma suposta postura do Estado de bem-estar social, diante das demandas da população por direitos. Nas palavras de Saviani (1998, p. 4):

As carências de educação, saúde ou segurança são consideradas seja diretamente como custos na medida em que impedem ou retardam ou tornam mais onerosos os investimentos do desenvolvimento econômico, seja como custos para a sociedade que, através do Estado, terá que investir recursos para supri-las. E o Estado submetido a essa lógica, tenderá a atrofiar a política social subordinada, em qualquer circunstância, aos ditames da política econômica.

Desse modo, a pandemia impõe um dilema à classe trabalhadora. A escolha entre respeitar as orientações de isolamento social para conter a propagação do vírus, considerando que esta atitude impede a obtenção de renda para os trabalhadores informais, ou uma segunda opção de ir às ruas para vender a sua força de trabalho colocando sua vida e de seus familiares em risco pela possibilidade de contaminação. Esta segunda “escolha” soma-se à dependência do sistema público de saúde sobrecarregado pelo quantitativo elevado de casos e sucateado pela sistemática dilapidação dos postos de saúde e hospitais.

## **2. Reflexões sobre o ensino remoto**

O conjunto de reflexões sobre a educação na pandemia realizado pela mídia em geral, da mesma maneira que os estudos, os debates e as entrevistas sobre as experiências de trabalhos essenciais durante o ano de 2020, nem sempre consideraram as condições de trabalho dos professores. Ao contrário, muitos governos municipais e estaduais, ao tomarem a decisão de continuidade das atividades em modo remoto realizaram cortes nos salários, retirando os auxílios transporte, alimentação dentre outros direitos conquistados por esses profissionais. A

reflexão sobre esses elementos parte da totalidade do mundo do trabalho para analisar a especificidade dos professores do estado do Ceará.

No que se refere ao acesso da internet em nosso país, com base nos dados do Censo Escolar de 2019, somente 29,1% dos alunos do ensino fundamental e 61,9% do ensino médio da Rede Pública têm acesso à internet em suas escolas. Para ações com a finalidade de ensino e aprendizagem, são 37,2% e 66,2% respectivamente (INEP, 2020). Esse acesso também é obstruído quando considerada a aprendizagem das habilidades de leitura e escrita “[...] faz com que o fracasso se estenda ao longo da escolarização, que depende fundamentalmente dessas habilidades.” (SOARES, 2020, p. 10).

A condição do acesso ao ensino remoto é ser alfabetizado, uma vez que acessar informações é diferente de ter domínio do conhecimento. Conhecer significa compreender, discernir as informações relevantes das não relevantes, por isso a educação não se constitui como um processo espontâneo. O indivíduo se educa e se instrui numa relação pedagógica estabelecida, com a definição intencional de uma finalidade deliberada, buscando as melhores formas para se atingir esse objetivo.

Soares (2020) infere das estatísticas que atestam sobre o aumento das taxas de insucesso escolar no ensino fundamental a partir do 3º ano. A pesquisa do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF, 2018) averiguou que mais de dois terços, isto é, 70% entre as pessoas que possuem os anos iniciais do Ensino Fundamental permanecem na condição considerada como Analfabetismo Funcional, apresentando dificuldades para fazer uso da leitura e da escrita em situações cotidianas como reconhecer informações em um cartaz ou folheto.

O governo brasileiro emite a Portaria nº 544, em 16 de junho de 2020, e autoriza o ensino remoto sem levar consideração esses obstáculos na educação brasileira, no Art. 1º:

[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais [...]. (BRASIL, 2020).

Essa medida trata da imposição e da continuidade do ano letivo através de ações de ensino remoto. “O que ocorre é o fato de que não é apenas a publicação de uma portaria que torna esta forma de continuidade das atividades pedagógicas exequível (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 293)”.

O debate sobre as contradições que circunscrevem as práticas de ensino e de educação no contexto da pandemia, assim como o uso da tecnologia nos níveis educacionais – educação básica e ensino superior – relacionando-os com o aumento da extração de mais-valia e a exploração do trabalho e da vigilância dos trabalhadores em geral através desses mecanismos. Sobre a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, Marx (2013, p. 704), afirma que [...] a ampliação absoluta do capital total é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais, e a revolução da técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original.

Outro elemento seria o processo de construção do consenso ideológico, em contraposição aos benefícios causados pelo uso dessas tecnologias que implicam na implantação do ensino remoto, favorecendo e acelerando a privatização da educação no Brasil com a “expansão do mercado educacional que a tecnologização do setor favorece” (COLEMARX, 2020, p.18).

É relevante destacar que “em uma pandemia de tamanha letalidade, o objetivo fundamental de todas as políticas públicas não pode ser outro senão a garantia da vida e da saúde coletiva (física e mental)” (COLEMARX, 2020, p. 15). Porém, Antunes (2020) demonstra que a normalidade do sistema de metabolismo antissocial do capital é a destrutividade e a única possibilidade de superá-lo será com a eliminação das contradições inerentes ao tripé capital, trabalho assalariado e Estado. O autor desenvolve o conceito de capital pandêmico denunciando que

[...] tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séquitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas etc.), enquanto na classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver. (ANTUNES, 2020, p. 20, acréscimos do autor).

O aumento do individualismo se destaca com o processo de responsabilização particular pela proteção e segurança dos próprios sujeitos, isto é, para evitar meios de contaminação isentando, assim, o Estado de seu papel. O desconhecimento sobre o vírus que impôs uma insegurança a todos nós aliado ao crescente obscurantismo e descrédito da ciência. Isso resulta na ausência de ações planejadas e debatidas com especialistas em educação da educação básica

e do ensino superior e a pouca participação dos professores nesse processo sobre a tomada de decisão em relação à continuidade das aulas de modo remoto.

No que se refere ao uso da tecnologia nos níveis educacionais – educação básica e ensino superior – com a suspensão das atividades presenciais, o ensino remoto foi prescrito pelos organismos internacionais sem considerar o aumento exponencial da fome e a piora das condições de vida de milhões de estudantes. (FACED, 2020). Tal situação foi agravada pela crise sanitária e humanitária que expôs a miséria e as desigualdades de condições de sobrevivência em que a maioria da população mundial se encontra inserida.

Com a educação remota e o aumento do uso da tecnologia, podemos destacar os acordos realizados pelas empresas e corporações do mercado mundial *Google* e *Microsoft* e as empresas de educação *Yduqs* e *Cogna*. O que ocorre é a testagem dos seus pacotes de produtos em massa, oferecimento de acesso gratuito no qual os dados ficam acumulados nas plataformas sobreditas com a finalidade de vendas futuras desses dados. Desse modo, elas ocupam um lugar de mercado com a finalidade de fidelizar discentes e docentes desde o início de sua formação. Além disso, há a apropriação do trabalho produzido coletivamente pelos professores, técnicos, gestores e estudantes, portanto, estabelecem parâmetros de controle de comportamento jamais vistos. (CASEIRO, MOTA, FREITAS, 2020, s/p).

Prosseguindo, Florestan Fernandes alerta sobre a [...] “limitação do horizonte cultural do professor, menos na teoria que na prática”. Isso ocorre nesse momento nos dois âmbitos, “[...] o professor foi objetificado e ainda o é na sociedade brasileira. Essa afirmação é curiosa, porque se ele não trabalha com as mãos, é um intelectual.” (FERNANDES, 2019, p. 61).

A mediação das práticas educativas são tarefas do professor. Não há práticas pedagógicas mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação -TICs estabelecidas de modo universal na rede pública nem no ensino superior, nem na educação básica. A defesa de inovações das práticas escolares, da estrutura das escolas e das universidades impõe uma constante avaliação e questionamentos acerca do funcionamento dessas instituições. As condições de vida e de trabalho dos professores são muito precárias, visto que um quarto das redes de ensino no Brasil ainda não regulamentou o piso salarial dos professores. Assim, o processo de terceirização e de contratação temporária implica na instabilidade e rotatividade desses profissionais (COLEMARX, 2020).

A defesa sobre o uso das tecnologias nas políticas educacionais presentes nas teorias contemporâneas e na inovação nos processos de ensino exigem novas posturas por parte dos

professores. Conforme Aranha (2006), esse debate não é novo; a Escola nova em meados do século XIX, com base na psicologia behaviorista, já apontava para o uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, cuja base teórica encontra-se subjacente às propostas de educação no formato de ensino remoto, ensino híbrido e sala de aula invertida. Essa tragédia se concretiza com a determinação do Conselho Nacional de Educação- CNE, via Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior (BRASIL, 2022).

Nesse embuste residem nossas inquietações, embora não se trate somente da questão dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos, mas sim de condições de trabalho para os professores, cuja prioridade deveria ser a garantia do tripé da política de valorização da profissão docente que abrange remuneração, carreira e condições de trabalho e formação inicial e continuada (OLIVEIRA, 2013).

Saviani (2013) delinea que os modelos de formação de professores possuem um caráter teórico-metodológico para apreender o movimento do real e concreto da educação, com vistas à superação do dilema exposto envolvendo a formação docente, isto é, o domínio dos conteúdos que serão objeto do processo educativo e o domínio das formas por meio das quais se realiza o processo aludido.

Assim, nos encontramos diante de um processo de deturpação do ensino caracterizado como antipedagógico, antidemocrático e extremamente excludente, o qual não condiz com a concepção histórica de ciência e educação em que a produção ocorre de maneira coletiva, uma vez que o *locus* de ambas são as escolas, universidades e instituições permeada pelas relações sociais que construímos coletivamente, pois o desenvolvimento de conhecimentos novos demanda a experiência presencial.

Duarte (2008) afirma que a chamada “sociedade do conhecimento” é uma ideologia produzida pelo capitalismo e Veiga (2012, p. 15) indica que, “o mito a sociedade da informação, do progresso tecnológico que, paradoxalmente, convive com o crescimento da pobreza, em todas as regiões do mundo” e “o mito do aperfeiçoamento das técnicas de comunicação e a circulação de objetos e ideias culturais convivem com a crescente exclusão social,” aumentando a desigualdade social.

Boaventura dos Santos n’*A cruel pedagogia do vírus* (2020) também destaca o debate histórico das ciências sociais sobre a possibilidade de se conhecer melhor a verdade e a qualidade das instituições de determinada sociedade em tempos de normalidade. O autor analisa

o recuo das democracias liberais no mundo, o enfraquecimento da cidadania e da participação social estimulando o individualismo através de três questões que considera relevantes: o capitalismo financeiro, o colonialismo e o patriarcado. Por conseguinte, discute ainda sobre a transparência do vírus em desnudar as desigualdades de classe, de raça e de gênero, ao mesmo tempo em que faz uma analogia do vírus com o mercado, identificando este último como um todo poderoso. O autor ora citado alerta sobre as condições de vida das pessoas:

A lista dos que estão a sul da quarentena está longe de ser exaustiva. Basta pensar em gente encarcerada e nas pessoas com problemas de saúde mental, [...] tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a esse sofrimento. (SANTOS, 2020, p. 21).

No que concerne ao aumento do exército de reserva, extração de mais-valia e a vigilância dos trabalhadores em geral através da imposição do *home office* (teletrabalho) mantido para as pessoas como forma de diminuir o contato entre os indivíduos e, conseqüentemente, o risco de contágio fez com que o serviço público, em especial a educação, fosse questionado. Esse processo desencadeou uma sobrecarga de trabalho e uma responsabilização dos professores no planejamento, na organização e na execução do seu trabalho sobre a égide do ensino remoto.

Ademais, os servidores públicos em geral e os profissionais da educação, em particular, convivem com o processo de retirada de direitos e privatização dos serviços públicos, representando um período bastante difícil. Diante desse cenário, os desafios se entrelaçam às dificuldades do conjunto compósito e heterogêneo da classe trabalhadora na busca por equilíbrio entre as demandas de uma sociedade doente, que visa apenas o lucro, “Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)”, (MARX, 2010, p. 80), isto é, a expressão da permanente miséria material e espiritual da classe trabalhadora em geral e dos professores, de modo específico.

### **3. A educação na pandemia: um olhar sobre o trabalho docente no Ceará.**

A necessidade imperativa de isolamento social como mecanismo de redução do contágio pela COVID-19 impôs à educação uma série de mudanças e impactou profundamente a práxis docente. A instantaneidade com a qual foi implementado o ensino remoto compeliu os docentes a transplantar

“[...] conteúdos e adaptar suas aulas presenciais para plataformas *on-line* com o emprego das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), sem preparação para isso, ou com preparação superficial, também em caráter emergencial” (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2010, p.43)

O ensino remoto adotado como ferramenta “viável” de continuidade do ano letivo nas diversas modalidades de ensino tanto na esfera pública como na iniciativa privada resultou em uma série de desafios e contradições para a práxis docente.

A propósito de coletar elementos e dados que colaborem com a compreensão das experiências do ensino remoto no Ceará desenvolvemos uma pesquisa sobre Ensino Remoto na plataforma *Google Forms*. Assim, foi possível sua socialização e debate na disciplina Marxismo e Formação do Educador do curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE).

O estudo foi composto por uma amostra não probabilística formada por 74 professores da rede básica de ensino do estado do Ceará que estavam desenvolvendo atividades remotas de ensino. Tais atividades podem ser síncronas ou assíncronas e se caracterizam, segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -ANDES, pela transposição para os meios digitais “das aulas presenciais em vídeos de longa duração, compartilhamento de apresentações em *PowerPoint* de aulas e textos *on-line* que seriam indicados para leitura no formato presencial” (ANDES, 2020, p. 13).

O formulário da pesquisa foi composto por uma pergunta aberta e 15 perguntas objetivas. Para duas das questões objetivas foi solicitado que o professor comentasse sua resposta para melhor compreensão dos argumentos e da percepção do professor. As indagações se enquadram nos quesitos: a) atuação profissional, b) condições de trabalho e c) aspectos psicológicos. A apresentação do questionário constou com as seguintes informações:

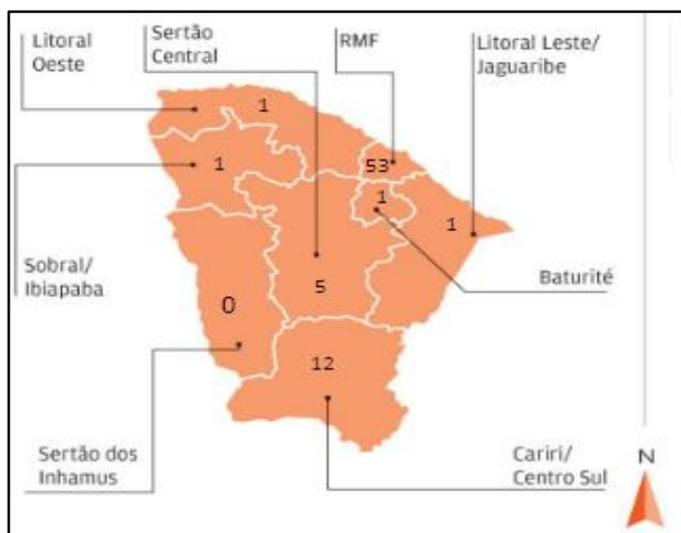
Esta pesquisa se destina a fornecer dados para realização de uma mesa temática em uma disciplina do Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Ceará. As perguntas devem ser respondidas EXCLUSIVAMENTE por professores da Educação Básica do estado do Ceará. Não é necessário se identificar. Agradecemos a colaboração e participação (AUTORES, 2020).

O levantamento foi realizado entre os dias 6 e 13 de novembro de 2020, através de questionário *on-line* auto aplicado disponibilizado na plataforma *Google Forms* e divulgado

por meio das redes sociais e aplicativos de mensagem. As perguntas foram respondidas exclusivamente por professores da Educação Básica do Estado do Ceará.

No que se refere ao aspecto da atuação profissional, a pesquisa contou com a participação de 74 professores dos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Barro, Crato, Horizonte, Beberibe, Itatira, Sobral, Pindoretama, Caucaia, Canindé, Paracuru, Itapiúna, Juazeiro do Norte e Solonópole, com uma representação de 16 dos 184 municípios do estado do Ceará e de sete das oito Macrorregiões Cearenses. Desta amostra, 52,7% lecionam no Ensino Médio, 33,8% no Ensino Fundamental e 13,5% na Educação Infantil. No Mapa 2 consta a quantidade de participantes da pesquisa por cada macrorregião cearense:

**Mapa 2 - Quantitativo de participantes da pesquisa sobre Ensino Remoto por Macrorregião Cearense**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa.

A imagem do mapa do acima mostra a abrangência da pesquisa nas macrorregiões cearenses. Para ilustrar de modo mais adequado, organizamos abaixo, na Tabela 1, o total de participantes por cada município do estado do Ceará.

**Tabela 1 - Demonstrativo dos participantes da pesquisa sobre Ensino Remoto por Macrorregião e Municípios Cearenses**

| Macrorregião do Ceará             | Municípios representados | Total de participantes por municípios | Total por Macrorregião |
|-----------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|------------------------|
| Região Metropolitana de Fortaleza | Fortaleza                | 38                                    | 53                     |
|                                   | Maracanaú                | 7                                     |                        |
|                                   | Caucaia                  | 3                                     |                        |
|                                   | Maranguape Horizonte     | 2                                     |                        |

|                          |                                     |              |    |
|--------------------------|-------------------------------------|--------------|----|
|                          | Pindoretama<br>Paracuru             | 1<br>1<br>1  |    |
| Cariri – Centro Sul      | Juazeiro do Norte<br>Crato<br>Barro | 10<br>1<br>1 | 12 |
| Sertão Central           | Canindé<br>Solonópole<br>Itatira    | 3<br>1<br>1  | 5  |
| Litoral Leste- Jaguaribe | Beberibe                            | 1            | 1  |
| Sobral- Ibiapina         | Sobral                              | 1            | 1  |
| Baturité                 | Itapiúna                            | 1            | 1  |
| Sertão dos Inhamúns      | -                                   | 0            | 0  |

Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa

A respeito do quesito condições de trabalho, os docentes forneceram informações sobre a comunicação e o envio de atividades para os estudantes, os recursos tecnológicos utilizados para o desenvolvimento das aulas, os processos formativos relativos ao ensino remoto e quanto à participação dos alunos nas aulas e atividades remotas. No Gráfico 1, seguinte consta o percentual sobre o envio de atividades especificando o tipo de ferramentas utilizadas pelos professores e seus respectivos alunos:

**Gráfico 1 – Ferramentas usadas na comunicação e no envio de atividades aos alunos**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa.

A pesquisa revela que os principais meios digitais utilizados pelos docentes para o desenvolvimento do ensino remoto têm sido os aplicativos de mensagens instantâneas,

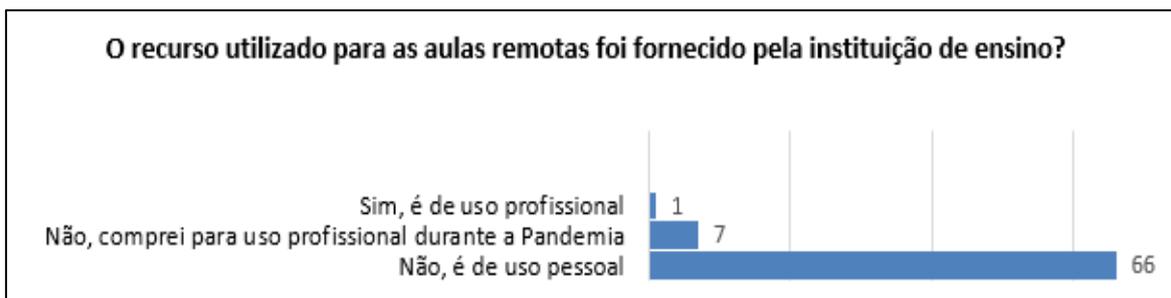
apontado por 39 professores, representando um total de 57,2%, seguido da plataforma *Classroom*, que totaliza 36,5%, ou seja, 27 professores do total de participantes. Os meios digitais menos utilizados, de acordo com o levantamento, foram as plataformas digitais específicas e e-mails, que representam 9,5% e 1,4%, respectivamente. Os aplicativos de mensagens também foram apontados como as ferramentas mais utilizadas para comunicação com as turmas, representando 55,4% (41 professores), consecutivo ao aparelho telefônico (celular) de uso pessoal 24,3% (18 professores), redes sociais 17,6% (13 professores) e *e-mail* 2,7% (2 professores).

Quanto aos recursos tecnológicos empregados na viabilização das aulas, 45,9% (34 professores) dos docentes revelaram que o aparelho celular tem sido o mais utilizado. Outros instrumentos muito utilizados para a execução das aulas foram o *notebook* e o computador, indicados por 33,8% (25 professores) e 18,9% (14 professores), nesta ordem. Apenas um docente respondeu que utilizou o *tablet*, representando 1,4%. Sobre essa temática, Souza (2021) elucidada

À vista de tudo isso, a responsabilidade pela transformação do espaço domiciliar em posto de trabalho permanente para desenvolvimento do ensino remoto coube exclusivamente aos docentes. Do mesmo modo, todos os custos relacionados às condições materiais do trabalho e infraestrutura física, como computador, câmera, microfone, impressora, internet, luz elétrica, mobiliário, entre outros, ficaram a cargo dos docentes. Além dessas despesas, houve a necessidade de manutenção desses equipamentos e do próprio manuseio de tecnologias e mídias. Para aqueles docentes que não tinham formação ou familiaridade com tais tecnologias, tal instrumento foi montado com o apoio de familiares ou colegas. (SOUZA, et al.2021. p. 5).

Prontamente, questionamos se o aparelho empregado na atividade docente remota foi fornecido pela instituição de ensino ou viabilizada por iniciativa particular. A essa questão os professores manifestaram majoritariamente estar empregando recursos particulares para o desempenho de sua atividade profissional. Os docentes que afirmaram estar utilizando um recurso pessoal (89,1%) e responderam que foi adquirido um aparelho digital para uso profissional exigido pela modalidade de ensino remoto (9,5%) somam um total de 73 docentes, ou seja, 98,6% dos integrantes da pesquisa.

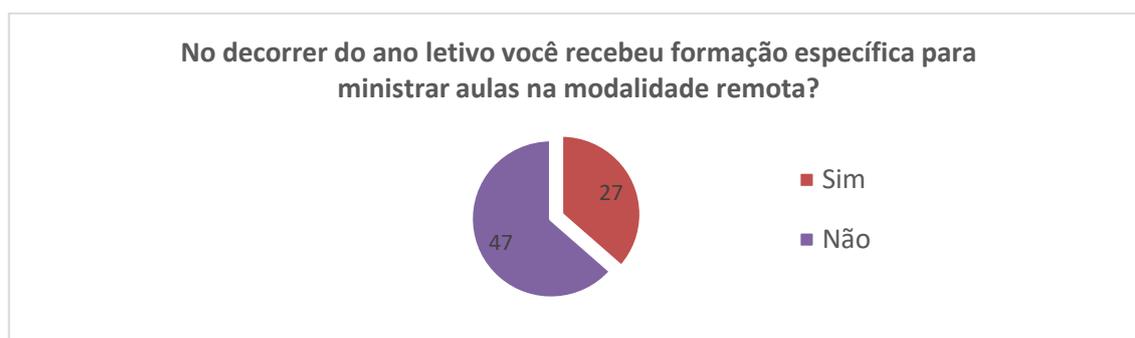
**Gráfico 2 – Fala dos professores frente ao recurso utilizado nas aulas remotas**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa

À questão: “No início do isolamento social você se considerou preparado para ministrar aulas na modalidade remota?”, o percentual de 86,5% (64 professores) respondeu que **não**, e apenas 13,5% (10 professores), se consideravam já no início do processo de distanciamento social preparados para o manejo do ensino remoto. Mesmo demonstrando dificuldades para a execução do ensino emergencial, a pesquisa demonstra que não houve o desenvolvimento de processos formativos de capacitação de modo sistematizado capaz de instrumentalizar os docentes de informações e conhecimentos acerca do manuseio das ferramentas digitais de ensino. Somente 36,6% (27 professores) participaram de formação específica para ministrar aulas na modalidade remota, enquanto 65,5% (47 professores) afirmam não ter participado de nenhum processo de formação.

**Gráfico 3 – Levantamento sobre a formação para atuar no ensino remoto**

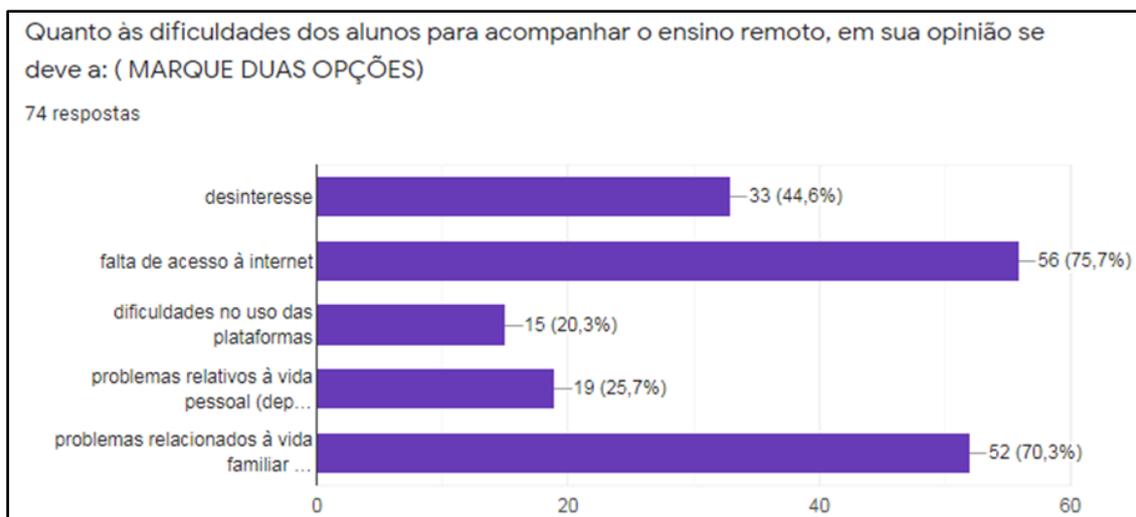


Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa

Solicitamos que os participantes avaliassem a participação dos alunos no ensino remoto. A opção: “A maioria está acompanhando bem” foi selecionada por 24,3% (18 professores), ao passo que as opções: “Uma minoria está acompanhando bem” foi apontada por 41,9% (31 professores) e “Os alunos em geral apresentam dificuldades” foi indicada por 33,8% (25 professores). Sobre os motivos que levam os estudantes a apresentarem dificuldades em acompanhar o ensino remoto, os docentes opinaram que os dois principais problemas

enfrentados foram: falta de acesso à internet – 75,7% (56 professores) e problemas relacionados à vida familiar (problemas financeiros, lares violentos, estão trabalhando, estão ajudando nas atividades domésticas) – 70,3% (52 professores).

**Gráfico 4 – Dificuldades dos alunos no acompanhamento das atividades**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa.

Os dados obtidos pela pesquisa evidenciam uma série de desafios e dificuldades enfrentados pelos professores no contexto do ensino remoto. As autoras Vasconcelos e Araújo (2020, p. 5) destacam que na atual conjuntura, a parca ou até inexistente “[...] capacitação gerou muita dificuldade para os professores, pois a ausência de formação demonstra falta de conhecimento e isto pode ter dificultado a adaptação a esta mudança inesperada de ambientes e forma de ensinar”.

Outrossim, as dificuldades encontradas perpassam também por questões relacionadas ao acesso aos aparelhos e manejo das plataformas e ferramentas digitais enfrentadas por alunos e professores. Arruda (2020) alerta para as dificuldades enfrentadas por quem faz uso exclusivamente do celular para o ensino remoto: "Uma das críticas que se coloca quanto ao uso do celular para acesso à informação diz respeito ao tamanho da tela e impossibilidade de se efetuar leitura de documentos (ARRUDA, 2020, p. 273)". Para além dos aspectos tecnológicos e formativos Arruda conjectura:

A singularidade da pandemia deve levar também à uma compreensão de que a educação remota não se restringe à existência ou não de acesso tecnológico, mas precisa envolver a complexidade representada por docentes confinados, que possuem famílias e que também se encontram em condições de fragilidades em suas atividades. (ARRUDA, 2020, p. 266).

A análise crítica dos dados apresentados traz à tona a reflexão acerca dos impactos e repercussões do ensino remoto emergencial no âmbito pessoal e profissional dos docentes. Considerando que muitos dos “problemas já conhecidos que envolvem a oferta de educação básica pública no país foram evidenciados neste contexto de pandemia” (CNTE, 2020, p. 22).

A parte final do questionário se dedicou a coletar elementos a respeito da percepção dos docentes sobre o trabalho remoto desenvolvido em caráter emergencial devido a pandemia, bem como propor aos docentes, através das indagações, que eles refletissem sobre os impactos desta mudança abrupta imposta à práxis docente. Assim, no quesito aspectos psicológicos, recolhemos informações que retratam brevemente a percepção dos docentes sobre o ensino remoto.

Indagados acerca da continuidade do ano letivo na modalidade remota, a posição da maioria dos docentes foi de concordância 82,4% (61 professores) – devido aos riscos de contaminação pela COVID-19, discordância de 13,5% (dez professores) – acreditam que o ano letivo deveria ter sido adiado ou cancelado e discordância 4,1% (três professores) – por acreditarem que as aulas presenciais deveriam ser mantidas. Sobre o desenvolvimento de formações continuadas preparatórias para a realização do ensino remoto, 100% (74 professores) afirmaram ter buscado por iniciativa própria aprender sobre o uso das ferramentas digitais e práticas didáticas relacionadas a esta modalidade de ensino. A opção “não achei necessário preparação diferenciada” não foi escolhida por nenhum participante.

Ainda sobre a preparação para o uso do ensino remoto, 65,8% (49 professores) afirmaram se considerar, no momento de aplicação do formulário, estar preparados para ministrar aulas na modalidade remota, enquanto 34,2% (25 professores) afirmaram que não estavam preparados.

**Gráfico 5 - Nível de preparação segundo os professores para o ensino remoto**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa.

A parcela de docentes que ainda apresenta insegurança na execução do ensino remoto representa uma porcentagem considerável dos pesquisados e refletem as desigualdades relativas ao manuseio das ferramentas digitais que envolvem tal modalidade de ensino, bem como a ausência de um processo formativo adequado. O aspecto ideológico do ensino remoto é destacado por Normanha (2020, s/p.) que destaca sua vinculação à lógica neoliberal:

O ensino remoto parte da lógica da ideologia neoliberal incrustada no campo da educação de que o processo de ensino-aprendizagem se baseia na ideia de que os indivíduos são responsáveis pelo próprio aprendizado e que a educação deve propiciar apenas as ferramentas para que os indivíduos aprendam a aprender.

Buscamos agregar à análise aspectos relativos à jornada extenuante de trabalho docente. Para tanto, consultamos os participantes: “Com o ensino remoto você consegue separar, em sua residência, o tempo das atividades profissionais do tempo da vida pessoal?” e a esta questão 76% (56 professores) afirmaram que **não** e 24% (18 professores) indicaram que **sim**.

**Gráfico 6 – Linha limítrofe da jornada de trabalho e aumento da carga de estresse: sem a separação das atividades pessoais e profissionais no ambiente doméstico**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa

Ainda sobre a percepção dos professores acerca do tempo destinado ao ensino remoto, propomos que fosse avaliado se com o *home office* a jornada de trabalho aumentou ou diminuiu. Os resultados colhidos foram: 90,5% (67 professores) consideraram que aumentou e apenas 9,5% (sete professores) disseram que diminuiu.

**Gráfico 7 - Considerações sobre o aumento e intensificação da jornada de trabalho**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa

A participação dos professores na pesquisa ocorreu de forma anônima. A nomenclatura Docente A, B e C foi usada apenas para fins de ordenamento. Com a finalidade de compreender melhor as informações apresentadas acerca da jornada de trabalho docente no contexto da pandemia, solicitamos que os docentes comentassem suas respostas para a questão: “Você considera que com o *home office* sua jornada de trabalho...”. Selecionamos os relatos que melhor ilustram o posicionamento geral da amostra estudada:

**Docente A:** Não há respeito ao horário de trabalho, sendo o contato feito do núcleo gestor ou dos/as alunos fora do horário de trabalho algumas vezes. Passo mais tempo preparando material e gravando aula, problemas tecnológicos também contribuem para o aumento no tempo de trabalho. Atendimento individualizado de alunos/as acontece muitas vezes. Para piorar, teve sábado letivo em que deu duas aulas ao mesmo tempo: síncrona e assíncrona.

**Docente B:** A proposta de trabalhar *home office* afeta os horários e responsabilidades. Recebo mensagens toda hora e todo dia. Não há intervalo, descanso nem final de expediente. Como precisamos correr atrás de atingir a maior quantidade de estudantes, precisamos estar disponíveis a situações de crianças que só conseguem se comunicar pelo telefone do responsável quando este chega do trabalho.

**Docente C:** Mesmo com prazos, muitos alunos entregam atividades atrasadas, o que exige tempo extra para correção dessas atividades. Para não prejudicar o aluno, nos obrigamos a dar o terceiro turno, às vezes o quarto, sem direito a feriado, final de semana, pois os familiares querem nossa disposição 24 horas dos 7 dias por semana.

Os relatos evidenciam um processo de aprofundamento da precarização do trabalho docente, materializado pela sobrecarga de atividades e responsabilidades, imposição de uma rápida adaptação a uma nova modalidade de ensino, transposição da esfera profissional para vida privada, ausência de suporte técnico, formativo e psicológico para implementação do ensino remoto. Mesmo com tais dificuldades nota-se o esforço dos professores em desenvolver

as atividades didáticas de forma qualitativa, assim como promover o melhor acompanhamento possível aos alunos no cenário de crise sanitária.

Em outros relatos identificamos expressões relevantes que manifestam os sentimentos dos docentes acerca do trabalho durante a pandemia, são elas: “é desgastante e adoecedor”, “sobrecarga de reuniões *on-line*”, “muitas exigências, pouca ajuda”, “trabalho nas minhas folgas e nos fins de semana”, “muitos instrumentais para preencher” e “a necessidade de se adaptar às novidades gera angústia e maior estresse”. Vale evidenciar, ainda, os sentimentos apontados pelos docentes que melhor representam suas vivências durante o ensino remoto:

**Gráfico 8 - Sentimentos eleitos pelos professores sobre o ensino remoto**



Elaboração própria (2021). Fonte: Formulário da pesquisa.

Em uma lista de dez opções composta por sentimentos positivos e negativos chama a atenção que os cinco sentimentos mais representativos entre os docentes foram: Cansaço/Esgotamento – 63,5% (47 professores), Ansiedade – 43,2% (32 professores), Estresse – 40,5% (30 professores), Desânimo e Apreensão, ambos com 23% (17 professores). Esses dados denotam claramente que o “[...] processo de precarização do trabalho docente está em ritmo acentuado desde o início da quarentena e da suspensão das atividades presenciais nas instituições escolares” (NORMANHA, 2020, s/p.).

Por fim, questionados: “Se após a pandemia lhe fosse oferecida a opção de continuar trabalhando na modalidade remota, você aceitaria?”, 64,4% (48 professores) declararam que **não**, ao passo que 36,1% (26 professores) apontaram que **sim**. Convidamos os docentes a

justificar suas escolhas e novamente selecionamos os relatos mais significativos para a análise proposta:

**Docente A:** O ensino remoto nesse momento é importante para que não tenhamos mais casos de covid, mas não gostaria de trabalhar assim novamente, principalmente por ser diretora de turma e isso está sendo ainda mais puxado, com busca ativa e todas as cobranças que nos fazem.

**Docente B:** O processo educacional, uma atividade essencialmente humana em todos os sentidos, necessita da presença, em minha opinião. No caso da minha disciplina, Educação Física, essa necessidade ainda é mais evidente. Não teria prazer em ser professor sem poder dividir um mesmo espaço com meus alunos.

**Docente C:** Acredito que os riscos de voltarmos às aulas presenciais ainda é grande, portanto, a opção de continuar com o ensino remoto é mais sensata. Mas há, porém, a necessidade de diretrizes que possam nos auxiliar na organização destas aulas, bem como formações e cursos.

O posicionamento da maioria dos participantes demonstra a valorização da relação entre professores e estudantes além da compreensão da práxis educativa como ação essencialmente social, pensamento compatível com a concepção do ANDES (2020, p. 8), o qual considera:

Um efetivo processo educativo exige: (1) dimensões formativas essenciais, como a produção crítica e criativa do conhecimento; (2) a vivência que possibilita o diálogo entre educador e educando, assim como a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento; (3) a experimentação de pesquisa, extensão, monitoria e outras ações político-pedagógicas, possíveis apenas na modalidade presencial. Nada disso é considerado nas propostas de “Educação à Distância”.

Nos limites que a pandemia apresenta para o desenvolvimento das atividades docentes é notória a imposição de novas atribuições que excedem “o domínio de conteúdos e estratégias pedagógicas envolvendo o processo de ensino e de aprendizagem (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 279)”. A rápida adequação a esta modalidade de ensino emergencial e o manejo de ferramentas digitais são exemplos dos desafios enfrentados pela categoria. Somado a isso, espera-se que os professores consigam “despertar o interesse dos estudantes, mesmo diante de todas as incertezas no âmbito das questões sanitárias (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 279)”.

O tensionamento que envolve a conjuntura na qual se desenvolve o ensino remoto emergencial, bem como as dificuldades oriundas deste modelo de ensino para o qual os docentes não estavam e não foram prontamente capacitados para enfrentar, podem resultar no

desenvolvimento de problemas de saúde psíquica relacionados ao estresse, cansaço, esgotamento, apreensão, desânimo, “os quais, em decorrência da pandemia se sobressaem, pois torna-se incumbência do docente um novo estilo de ação, configurando novas sobrecargas profissionais e pessoais (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 279)”.

Os dados apresentam elementos que se relacionam com um profundo processo de intensificação e precarização do trabalho docente. Os resultados da pandemia e do ensino remoto para os docentes do estado do Ceará, de onde a amostra foi extraída, já se mostram nocivos no que tange a sobrecarga de trabalho e responsabilidades, como também a imposição de novas demandas não deliberadas democraticamente. Dada a complexidade deste processo, torna-se evidente a necessidade de maiores elaborações e pesquisas na perspectiva de proporcionar uma compreensão mais ampla do fenômeno em curso.

### **Considerações finais**

A investigação sobre o ensino remoto no contexto da pandemia e o trabalho docente no Ceará proporcionou uma discussão sobre as características e as contradições nas práticas educativas em meio ao isolamento social e evidenciou o aprofundamento da precarização do trabalho dos professores.

Os dados coletados no formulário do *Google Forms* tratam da atuação profissional, das condições de trabalho e dos aspectos psicológicos dos professores, demonstrando que o ensino remoto se configurou como uma expressão específica da exploração do trabalho docente.

A educação, mais uma vez, se encontra numa encruzilhada: nem foi considerada enquanto atividade essencial durante a pandemia, e nem foi exercida como atividade secundária. Os professores tiveram que se adequar às novas exigências e às condições de estratificação do trabalho impostas nesse momento.

Em linhas gerais, a pandemia revelou ainda que a ideologia da classe dominante, sustentada pelo neoliberalismo, é caracterizada pela proposta de ensino doméstico ou domiciliar. A defesa desse tipo de ensino, denominado *homeschooling*, cujo Projeto de Lei 1.388 foi aprovado na Câmara, no dia 19 de maio de 2022 com o PL 3179/2012 e já se encontra na Comissão de Educação do Senado. Ele advoga pela não frequência das crianças à escola pública, privada ou cooperativa, pois compreende que as famílias teriam melhores condições e

maior capacidade de ensinar e educar as crianças e os jovens do que o conjunto de professores, independente da sua qualificação.

O ensino remoto assinalou ainda contradições e desdobramentos práticos advindos do neoliberalismo como uma corrente teórica que fundamenta a rejeição da obrigatoriedade da educação escolar, gerando implicações para as políticas educacionais, de modo geral, e para a docência de maneira específica, que se expressa especialmente nos desafios imputados à escola pública compulsória, isto é, o acesso ao direito à educação dos filhos da classe trabalhadora.

O trabalho dos professores assume sob o capitalismo um mecanismo de reprodução das relações sociais alienadas em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato de que a classe trabalhadora produz um produto que será vendido por um valor maior do que o professor recebe como salário. Essa relação na produção de mercadorias se compõe sem a separação entre o valor de uso e valor de troca.

O trabalho docente aplicado na produção sofreu um aumento na extração de mais-valia, aqui apresentado pela utilização de tecnologia avançada. Esses meios produziram uma intensificação do trabalho sem propiciar condições de trabalho, de carreira e de formação para a classe dos professores.

Constatamos ainda que com o ensino remoto ocorreu tanto a extensão como o aumento da jornada de trabalho dos docentes. Os dados apontam, por fim, que os aspectos psicológicos necessitam de um aprofundamento mais detalhado e adequado para a compreensão desses fenômenos.

### **Referências:**

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede**. V.7, n.1, p. 257-275. 2020.

BRASIL. Portaria n.º 544. < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872> > Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **PARECER CNE/CP N.º: 14/2022**, 5 de julho de 2022, dispõe as Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior.

CASEIRO, Fabricio; MOTA, Raphael e FREITAS, Veronica. **A internet e a organização do capitalismo global: a cisão da pandemia**, do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/08/19/a-internet-e-a-organizacao-do-capitalismo-global-a-cisao-da-pandemia/>> Acesso em jan. de 2021

CNN BRASIL. **'PEC da morte' levou ao que vemos no sistema de saúde agora**, diz Conselho, em 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/16/pec-da-morte-levou-ao-que-vemos-no-sistema-de-saude-agora-diz-conselho>> Acesso em: 13 nov. 2020.

COLEMAX. Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação, 2020. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Faculdade de Educação - FE, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/> . Acesso em: 04 set. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO (org.) Notas conclusivas *in*. **Trabalho docente em tempos de Pandemia – Relatório Técnico**. 2020. Disponível em: <[https://www.cnte.org.br/images/stories/2020/cnte\\_relatorio\\_da\\_pesquisa\\_covid\\_gestrado\\_julho2020.pdf](https://www.cnte.org.br/images/stories/2020/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_julho2020.pdf)> . Acesso em: 01 de nov. de 2020.

COVID-19. Google Notícias, 2020. Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>> . Acesso em 13 nov. 2020.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO. **Plano Participar e Incluir**: por uma pedagogia colaborativa no contexto da pandemia - atividades educativas emergenciais. Fortaleza, CE, FAGED, 2020.

FERNANDES, F. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019. 89p.

FIOCRUZ. **Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19?**, 2020a. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>> . Acesso em: 09 nov. 2020.

FIOCRUZ. **O que é uma pandemia?** 2020b. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>> . Acesso em: 09 nov. 2020.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 3 ed. rev., atual. e ampl. Chapecó: SC Argos, 2018. (Grandes Temas 27).

HARVEY, D. **David Harvey: Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Blog da Boitempo, 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>> Acesso em: 01 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar> Acesso em 28 jan 2021.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.

NORMANHA, R. A epidemia da precarização: quarentena, EaD e trabalho docente. O blog da **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, 21 abr. 2020. Disponível em: < <https://revistadesjur.medium.com/a-epidemia-da-precariza%C3%A7%C3%A3o-quarentena-ead-e-trabalho-docente-6927039b316d> >. Acesso em: 02 de nov. de 2020.

O POVO. **Três primeiros casos de coronavírus são confirmados no Ceará, em 2020.** Disponível em: < <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/03/15/tres-casos-de-coronavirus-sao-confirmados-no-ceara.html> >. Acesso em: 11 nov. 2020.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**. V. 18, p. 278-300, 2020

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SANARMED. **Linha do tempo do Coronavírus no Brasil.**, 2020. Disponível em: < <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. **Educação do senso comum à consciência filosófica.** 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 1941.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea)

SEDUC. **Diretrizes para unidades de ensino durante período de suspensão de aulas presenciais.** 2020. Disponível em: < <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/03/28/seduc-e-apeoc-divulgam-diretrizes-para-escolas-durante-periodo-de-suspensao-de-aulas-presenciais/> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (org.). **Projeto do capital para a educação - Volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente.** Cartilha do ANDES, 2020. Disponível em: < <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/cartilha%20ensino%20remoto.pdf> >. Acesso em 02 nov. 2020

SOARES, M. Introdução *in* **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, Kátia R. et al. **Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021.

UOL. **Os países com casos confirmados de coronavírus.** Notícias do UOL. 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/01/30/os-paises-com-casos-confirmados-de-coronavirus.htm> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

VASCONCELOS, C. R.D. ; ARAÚJO, J. A. Q. de C. **Educação em tempos de pandemia: a prática do ensino remoto na percepção de professores** (Trabalho Completo). XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. 2020.

VEIGA, I. P. A. Formação de professores no Brasil: perspectivas e desafios. **A aventura de formar professores**. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

---

<sup>1</sup> A mais-valia constitui-se na forma específica que assume a exploração sob o capitalismo [...] em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que recebe como salário. BOTTOMORE, Tom [editor]. Dicionário do pensamento marxista. Jorge Zahar. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012.